

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU - CODETER TIPNI



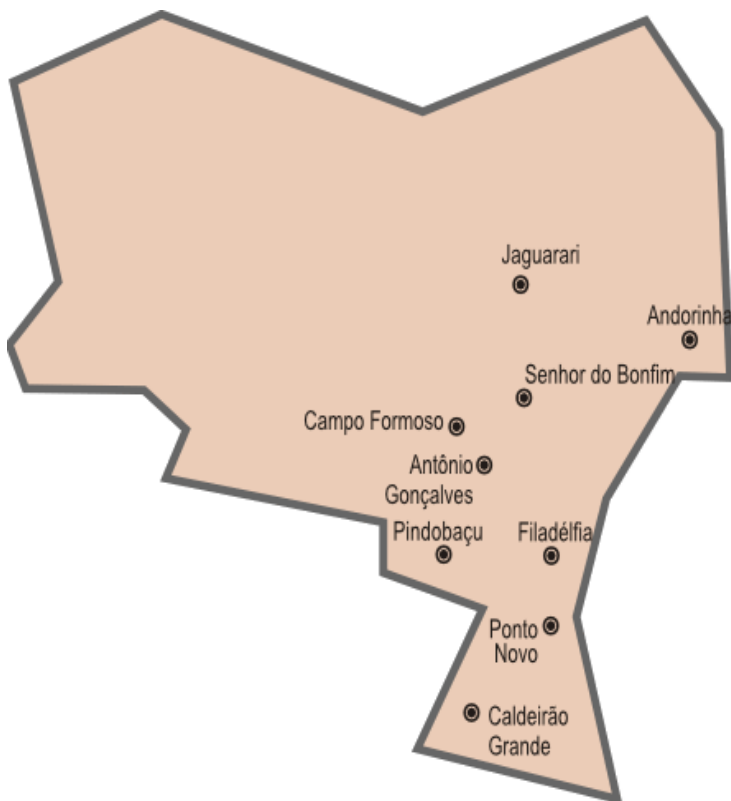
PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PTDRSS)



Fonte: Comunidade Tijuaçu, em Senhor do Bonfim. Foto: Patrícia Navarro

**SENHOR DO BONFIM, BAHIA
JANEIRO DE 2017**

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PTDRSS)



COORDENAÇÃO

**Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento
Territorial (NEDET) - Universidade do Estado da Bahia,
Campus Senhor do Bonfim-BA**

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa dos Santos

Secretário do Planejamento

João Felipe de Souza Leão

Secretário do Desenvolvimento Rural

Jerônimo Rodrigues

Superintendente da Coordenação e Ação Regional

Wilson Dias

Conselho Estadual de Desenvolvimento

Territorial - CEDETER

Yon Leite Fontes - Representante TIPNI

Coordenação do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável – CODETER

Damiana Duarte Serqueira - Coordenadora -
Representante Sociedade Civil (CAAF)

Reinaldo Ferreira de Santana - Coordenador -
Representante Poder Público (CMV)

Raimundo Costa - Secretário Executivo -
Representante Poder Público (PMA)

Isanilton Silva - Secretário Executivo - Representante
Sociedade Civil

Responsável pela atualização do Plano

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento
Territorial (NEDET) - Universidade do Estado da
Bahia, Campus VII

Coordenação do Projeto Multiterritorial de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial

Professora Edonilce da Rocha Barros

Professora Ivânia Paula Freitas de Souza Sena

Equipe de Assessoria Técnica NEDET

Tiala Cristine de Albuquerque de Moraes - ATGS

Cleiton Lin Silva - ATIP

Comissão Territorial de Sistematização

Edonilce da Rocha Barros - Coordenadora do Projeto

Ivânia de Paula Freitas - Coordenadora do NEDET

Damiana Duarte - CODETER TIPNI

Raimundo Costa - CODETER TIPNI

Nauvinha Aguiar - RTC

Ailton Gonçalves - Assistente Territorial - SETAF

Tiala Cristine de Albuquerque de Moraes - ATGS
NEDET

Cleiton Lin Silva - ATIP NEDET

Yon Leite Fontes - CEDETER

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

CODETER TIPNI - GESTÃO SOCIAL - BIÊNIO 2017/2019

Coordenação CODETER TIPNI	Órgão/Instituição/Entidade
Normacleusa da S Pereira Coordenadora Reinaldo Ferreira Santana Coordenador José Isanilton de Araújo da Silva Secretário Executivo Damiana Duarte da S. Serqueira Secretaria Executiva	CAAF TIPNI/Central das Associações da Agricultura Familiar do Território Piemonte N. do Itapicuru CMSB/Câmara Municipal de Vereadores de Senhor do Bonfim CACTUS/Associação de Assistência e Assessoria Técnica SEDAF/Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – Sr do Bonfim

Núcleo Executivo/NE

- PMA - Prefeitura Municipal de Andorinha/SDRMA
- CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional/TIPNI
- CMSB - Câmara Municipal Vereadores de Senhor do Bonfim
- PMF - Prefeitura Municipal de Filadélfia/SEMAGRI
- UNEB - Universidade do Estado da Bahia
- CAAF TIPNI - Central das Associações da Agricultura Familiar do
Piemonte Norte do Itapicuru
- CACTUS – Associação de Assistência e Assessoria Técnica
- AREFAG – Associação Regional da Escola Família Agrícola de
Antônio Gonçalves
- SINTRAF – Sindicato de Trabalhadores/as da Agricultura Familiar
- CAFFP – Central de Associações de Fundo e Fecho de Pasto

Núcleo de Gestão Territorial/NGT - Poder Público
ANDORINHA

PMA - Prefeitura Municipal de Andorinha/SDRMA

PMA - Prefeitura Municipal de Andorinha/SAS

ANTÔNIO GONÇALVES

PMAG - Prefeitura Municipal de Antônio Gonçalves/SEMAGRI
BAHIATER

CALDEIRÃO GRANDE

PMCG - Prefeitura Municipal de Caldeirão Grande/SEMAGRI
Câmara Municipal de Vereadores

CAMPO FORMOSO

PMC - Prefeitura Municipal de Campo Formoso/SEMAGRI
BAHIATER - Bahia Assistência Técnica e Extensão Rural

FILADÉLFIA

PMF - Prefeitura Municipal de Filadélfia/SEMAGRI
Câmara Municipal de Vereadores

JAGUARARI

PMJ - Prefeitura Municipal de Jaguarari/SEMAGRI
Câmara Municipal de Vereadores

PINDOBAÇU

PMP - Prefeitura Municipal de Pindobaçu/SEMAGRI
Câmara Municipal de Vereadores

PONTO NOVO

PMPN - Prefeitura Municipal de Ponto Novo/SEMAGRI
Câmara Municipal de Vereadores

SENHOR DO BONFIM

Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
Câmara Municipal de Vereadores

Órgão/Instituição/Entidade TIPNI

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNIVASF - Universidade do Vale do São Francisco

CDS TIPNI - Consorcio Público de Desenvolvimento Sustentável do
Piemonte Norte do Itapicuru

IF BAIANO

Núcleo de Gestão Territorial/NGT - Sociedade Civil
ANDORINHA SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar Associação de Moradores do Povoado de Morro Branco
ANTÔNIO GONÇALVES AREFAG - Associação Regional da Escola Família Agrícola de Antonio Gonçalves SINTRAF- Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar
CALDEIRÃO GRANDE STR - Sindicato dos Tabeladores Rurais CMSAFM - Central dos Movimentos Sociais, Comunitários e Agricultura Familiar
CAMPO FORMOSO SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar COOAPIS - Cooperativa Apícola de Campo Formoso
FILADÉLFIA STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Central das Associações de Filadélfia
JAGUARARI IDESA - Instituto de Desenvolvimento Social e Agrário do Semiárido CREDI NORTE - Cooperativa de Crédito Norte do Itapicuru
PINDOBAÇU STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais CETA - Movimento dos Trabalhadores Assentados, A. e Quilombolas
PONTO NOVO SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ponto Novo
SENHOR DO BONFIM CAAF TIPNI - Central das Associações da Agricultura Familiar SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Agricultura da Familiar

Órgão/Instituição/Entidade TIPNI
CACTUS - Associação de Assistência e Assessoria Técnica
CAFFP - Central da Associação de Fundo e Fecho de Pasto
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
COOTRAF - Cooperativa de Assessoria Técnica para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
CAPÍTULO 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO.....	11
1.1 HISTÓRICO DO TERRITÓRIO.....	12
1.2 CARACTERÍSTICA DO TERRITÓRIO.....	20
1.2.1 A realidade rural.....	21
1.2.2 Aspectos demográficos.....	23
1.2.3 Educação.....	25
1.2.4 Saúde.....	27
1.2.5 Vulnerabilidade.....	28
1.2.6 Mercado de trabalho.....	31
1.2.7 Água e saneamento.....	32
1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO.....	35
1.3.1 DESAFIOS.....	35
1.3.1.1 Dimensão Socioeconômica.....	36
1.3.1.2 Dimensão Sociocultural e Educação.....	36
1.3.1.3 Dimensão Ambiental.....	37
CAPÍTULO 2 EIXOS, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS.....	54

2.1 MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS.....	62
CAPÍTULO 3 – GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDRSS.....	95
3.1 DESCRIÇÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	96
REFERÊNCIAS.....	105

APRESENTAÇÃO

Este Plano apresenta-se como o principal instrumento de planejamento de longo prazo e de suporte para a gestão do desenvolvimento sustentável e solidário do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI. Ao contrário de procedimentos passados, quando os planos de desenvolvimento eram elaborados nos gabinetes governamentais por técnicos e burocratas contratados para este fim, este Plano foi construído de forma participativa. Neste sentido, sua base foi o Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter, que reúne na atualidade, 40 protagonistas representativos do território, tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada.

Esta edição do Plano não partiu do zero, pois de fato já existia um Plano construído de forma participativa pelo Codeter, o qual apresenta a realidade econômica e socioambiental do território e no qual estão elencadas as demandas prioritárias

e as propostas como subsidio para implementação de políticas públicas no território. Assim sendo, esse novo exercício foi no sentido de qualificar o referido Plano para torná-lo mais claro, conciso e dinâmico, com maior qualidade técnica, a fim de que o mesmo seja melhor assimilado e apropriado tanto pela população do território para uma melhor gestão do mesmo, quanto pelos gestores públicos para viabilizar as políticas públicas de desenvolvimento territorial coadunadas com o Plano Plurianual Anual – PPA 2016-2019 e com a Lei Esta

A construção deste Plano Territorial de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário (PTDRSS) obedeceu aos princípios da democracia, sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade solidariedade, fundamentados nas seguintes diretrizes: potencialidade da diversidade, dinamização econômica, qualidade de vida e igualdade de oportunidades e arranjo institucional aglutinador. Para tal, foi indispensável, portanto, a

participação ativa dos protagonistas locais, inseridos em programas e projetos de organizações não governamentais, cooperativas, igrejas e do poder público, como também de colaboradores externos, como o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), composto de professores, estudantes e de assessores técnicos de inclusão produtiva e de gestão social, na condição de bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq), que agregaram muitos dados socioeconômicos e ambientais e demandas da população do território, a partir de escutas realizadas em conjunto com a coordenação do Codeter em todos os municípios que compõem o Território de Identidade Norte do Itapicuru (TIPNI), em uma ação denominada Nedet Itinerante. Os resultados dessas escutas foram importantes para ampliar a compreensão da realidade local e foram agregados ao Diagnóstico do Território, à Matriz de Objetivos, Estratégias e

Metas do Plano, assim como à Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do mesmo, consolidados nas duas Oficinas realizadas para qualificação do Plano e uma terceira Oficina para aprovação do Documento Final, contando com o apoio formal da SEPLAN/CET, da SDR e da CAR.

O PTDRSS do TIPNI está estruturado em três capítulos. Capítulo 1 – Diagnóstico do Território: Apresenta o diagnóstico, as características e informações sobre o desenvolvimento do Território. Capítulo 2 - Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas: Faz uma breve descrição sobre os eixos do desenvolvimento (Desenvolvimento Econômico; Estrutura Fundiária e Acesso a terra; Formação Cidadã e Organização Social; Infraestrutura e Serviços Públicos; e outros); e a Matriz das Ações. Capítulo 3 - Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDRSS: Faz a descrição sobre os instrumentos e estratégias para a gestão do desenvolvimento. Por fim, as Considerações Finais e as Referências.

CAPÍTULO 1 – DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

1.1 HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI, fica localizado na região Centro Norte do Estado da Bahia, no Semiárido Brasileiro. A ocupação do espaço geográfico que atualmente forma o TIPNI iniciou no município de Senhor do Bonfim, mais precisamente no povoado da Missão do Sahy, na época aldeamento do arraial da Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy – Missão religiosa que fora entregue à Ordem dos Frades Menores (Ordem dos Padres Franciscanos) – e que era parte integrante do Projeto Colonizador da Coroa Portuguesa aliado à Igreja Católica, que tinha como meta sujeitar os índios ao domínio europeu (PTDS, 2012).

A pecuária bovina extensiva era o caminho mais fácil para penetrar nos sertões. As boiadas, por si mesmas, abriam os caminhos por dentro da caatinga, exigindo do vaqueiro apenas um facão e uma foice para determinadas situações. Em pouco

tempo, estabeleceram-se os currais que tinham uma abrangência de cerca de três léguas de terra, com habitações construídas de palha para acomodar os vaqueiros e familiares. Mas tarde, foi a mineração – descoberta ainda no século XVI (o ouro de “lavagem”) que tinha baixa rentabilidade e veio a ganhar força somente em finais do século XVII, quando a ocupação do interior ganhou grande impulso, sobretudo com o “Ciclo da Mineração” no século XVIII.

Francisco Dias D’Ávila, filho de Garcia D’Ávila – nomeado feitor e almoxarife da cidade de Salvador e Almoxarife da Alfândega por Tomé de Souza – primeiro Governador Geral do Brasil – tem uma importância muito grande no desbravamento dos sertões da Bahia, pois foi “um dos primeiros conquistadores” a avançar pelos sertões em busca de minas de prata, ouro, pedras preciosas e outros minerais, abundantes no território.

Em 06 de abril de 1724, recebeu autorização da coroa portuguesa para investir no interior, indo do

Salitre até o Rio São Francisco. Para este fim “foram contratados bandeiras com a finalidade de combater os indígenas e destruir os quilombos.”, como narra a “Cartilha Histórica sobre a Origem de Senhor do Bonfim”, do Prof. Paulo Batista Machado (PTDS, 2012).

Apoiados pelos bandeirantes os novos ocupantes do território foram impiedosos com os moradores, os indígenas, distribuídos em diversas nações. Em sua busca incessante por ouro e por terras férteis – especialmente aquelas situadas próximas a mananciais aquíferos – os portugueses - que, sempre de forma violenta expulsavam os índios ou simplesmente os assassinavam, como ocorreu com a comunidade dos Payayás, em 1666 (PTDS, 2012).

A água era, já naquela época, um bem precioso. Os índios se fixavam preferencialmente em locais que oferecessem acesso fácil à água (rios, nascentes, lagoas), exatamente as localidades de maior cobiça dos novos ocupantes do território. As áreas de

destaques ficavam nas proximidades dos rios Itapicuru Açu, Itapicuru Mirim, rio da Passagem, rio do Prata, rio do Aimpim, e os riachos Bendó, Torão, riacho do Sítio, da Bananeira, riacho Jabuticaba, da Bandeira e da Estiva, assim como também de muitos olhos d'água, a exemplo dos existentes no povoado de Oliveira, linha de fronteira Jaguarari - Campo Formoso, e da Fazenda Baixa do Negro, que servia de refúgio de escravos fugitivos (PTDS, 2012).

Hoje reconhecido como Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru é composto de nove municípios, a saber: Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Caldeirão Grande, Filadélfia, Jaguarari, Ponto Novo, Pindobaçu e Senhor do Bonfim, cada um com sua história própria de formação específica, mas com muitas semelhanças que as identificam e formam sua identidade territorial.

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru foi constituído por meio de um amplo processo de mobilização social que culminou na Plenária Territorial envolvendo todos os nove municípios que compõem hoje o território, realizada em 17 de dezembro de 2006 em parceria com a Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia - CET.

Na Bahia, desde que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), introduziu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, em 2003, com o objetivo de “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e

¹ O MDA foi extinto em maio de 2016, por Michel Temer, quando assumiu a Presidência da República no período do julgamento no Senado do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

o fortalecimento e dinamização de sua economia”, que a mobilização da sociedade civil foi muito forte. Nasce daí, a configuração dos territórios de identidade do estado, tendo como fundamento o conceito utilizado pelo MDA, cuja compreensão é a de que o território

é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (BARRETO, 2014, p. 11-12).

Para definir a delimitação compatível com a realidade do estado, organizações da sociedade civil, instituições federais e estaduais atuaram na

mobilização dos atores locais para aprofundar as discussões em torno da proposta do MDA e construir uma nova formatação territorial a partir da identificação dos espaços já constituídos.

Nesse sentido, no período de 2003 a 2006, foram realizadas várias atividades, dentre as quais o levantamento das delimitações geográficas existentes, reuniões entre as organizações e as bases locais para opinarem quanto à inserção dos municípios nos territórios, analisando os seus múltiplos aspectos: culturais, geoambientais, políticos-institucionais e econômicos. Desse processo, foram revelados 25 territórios de identidade, iniciando-se a mobilização para a criação dos seus espaços representativos, os colegiados territoriais.

Os Colegiados Territoriais são arranjos institucionais dos quais se espera que assumam a gestão de um conjunto cada vez mais diversificado e amplo de iniciativas territoriais que

concretizem os procedimentos necessários à promoção do desenvolvimento, por intermédio de processos de organização, capacitação, planejamento, articulação institucional e gestão social de iniciativas que enfrentem as restrições ao desenvolvimento e estructurem instrumentos de políticas públicas que sejam fundamentais para destravar as soluções de desenvolvimento sustentável do território. (BRASIL, 2014, p. 7).

Ao assumir o governo da Bahia em 2007, o governador Jaques Wagner reconheceu a legitimidade da divisão territorial que foi conformada e adotou os territórios de identidade como unidades de planejamento das políticas públicas do estado da Bahia. Iniciou-se, portanto, o processo de implantação de uma Política de Desenvolvimento Territorial – PDT. Essa política está vinculada à Diretoria de Planejamento Territorial (DPT), uma unidade vinculada à Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) e ao Gabinete da Secretaria do Planejamento (Seplan). Entre as

atribuições da DPT está a estruturação da Política de Desenvolvimento Territorial no Estado. Para tanto, utiliza-se de diversos instrumentos, a exemplo das escutas sociais do PPA e o fomento à participação social por meio dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter's). Também está no âmbito da DPT ações como os Consórcios Públicos, Plano Plurianual Participativo (PPA-P), Diálogos Territoriais, Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS)² e Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Conta ainda com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter)³ (BAHIA, 2016). Atualmente a Bahia possui 27 territórios de

² Por recomendação da consultoria à PDT da Bahia, adotamos o mesmo termo utilizado no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), na designação do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) do TIPNI.

³ O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) é um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado à SEPLAN, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia. Foi, primeiramente, instituído pelo decreto n.º 12.354, de 25 de agosto de 2010, e, posteriormente, pela Lei 13.2014/14. (BAHIA, 2016).

identidade. O TIPNI de número (25) é um desses 27 Territórios de Identidade do Estado e vem, ao longo da sua organização e funcionamento, desenvolvendo em conjunto com os órgãos do poder público e entidades da sociedade civil, paritariamente, atividades e ações que possam fortalecer cada vez mais o processo de Gestão Social de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Seu funcionamento é ordenado por meio do seu regimento interno que foi pactuado entre as entidades da sociedade civil e órgãos públicos das esferas municipais, estaduais e federais que compõem o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Codeter).

1.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru possui extensão total de 14,1 mil quilômetros quadrados e população de 261,9 mil habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. É

composto por nove municípios: Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim. Os dois maiores municípios do território são Senhor do Bonfim (74,4 mil) e Campo Formoso (66,6 mil). A tabela 01 apresenta os dados básicos do território.

Tabela 01 – Síntese dos Dados Básicos do Território

VARIÁVEL	VALOR
Área (em Km ²)	14.123,03
População Total (hab.)	261.901
População Urbana (hab.)	144.254
População Rural (hab.)	117.647
Nº de Famílias Assentadas - Reforma Agrária	1.689
Número de Projetos - Reforma Agrária	39
Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)	63.346
Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	13.358
Pessoal ocupado na agricultura familiar	34.253
Número de Pescadores	0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010); INCRA (2014); Atlas do Desenvolvimento Humano (2014); Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD (2014).

O bioma predominante nos nove municípios do território é a Caatinga. Os climas registrados são o tropical semiárido e o subúmido a seco. As temperaturas costumam oscilar entre 16 e 33 graus. As precipitações pluviométricas tendem a acontecer entre a primavera e o verão, com quantidade de chuva variando anualmente entre 500mm e 800mm. Os municípios economicamente mais dinâmicos do Piemonte Norte do Itapicuru, utilizando-se como critérios o Produto Interno Bruto (PIB) são Senhor do Bonfim, Campo Formoso e Jaguarari. Na composição do PIB, o Comércio e os Serviços estão entre as atividades mais dinâmicas, embora a Agricultura siga também como atividade relevante.

1.2.1 A realidade rural

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru possui 11,1 mil estabelecimentos agropecuários com Agricultura Familiar, conforme o

Censo Agropecuário 2006 do IBGE. A maior quantidade localiza-se em Campo Formoso (3,7 mil), seguido de Jaguarari (1,54 mil) e Filadélfia (1,5 mil). Os municípios com menor número de estabelecimentos com Agricultura Familiar no território são Pindobaçu (731) e Senhor do Bonfim (779), conforme tabela 02

Tabela 02 - Dados da Agricultura Familiar

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	Pessoal ocupado na agricultura familiar	DAP – Pessoa Física
Andorinha	854	1,997	2,338
Antônio Gonçalves	1,069	2,107	909
Caldeirão Grande	1,804	5,052	1,906
Campo Formoso	3,708	8,891	8,166
Filadélfia	1,545	3,917	2,537
Jaguarari	1,512	3,474	3,614
Pindobaçu	1,094	2,801	1,065
Ponto Novo	981	3,976	1,982
Senhor do Bonfim	791	2,038	2,756
Total	13,358	34,253	25,273

Fonte: SAF/MDA (Jan/2015); IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Em relação à distribuição da propriedade entre os agricultores familiares, a maior quantidade está entre aqueles que são titulares da terra que cultivam (9.995). Há o registro de outras situações, como a parceria (47), o arrendamento (62) e também as ocupações (695). As propriedades ocupadas representam 6,25% do total de estabelecimento da Agricultura Familiar no Piemonte Norte do Itapicuru.

As principais atividades agropecuárias envolvem a caprinocultura, a ovinocultura e o cultivo do sisal, conforme dados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) realizado em 2013. Uma característica do território é a presença de 57 comunidades remanescentes de quilombos, concentradas nos municípios de Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Filadélfia. Há também o registro de comunidades pesqueiras artesanais, distribuídas por Andorinha, Ponto Novo e Campo Formoso, conforme levantamento da CDA e da UFBA.

No Piemonte Norte do Itapicuru o rebanho bovino totaliza 176 mil animais, de acordo com dados do IBGE de 2010. Nessa atividade, destacam-se os municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim, com cerca de 36% do rebanho total do território.

1.2.2 Aspectos demográficos

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru registrou taxa anual de crescimento da população inferior à média da Bahia: enquanto o estado cresceu 0,7% entre 2000 e 2010, os nove municípios que integram o território registraram expansão de apenas 0,5%. O desempenho, em parte, se deve à redução da população rural (0,6%) e ao crescimento insuficiente da população urbana (1,5%). No período, quatro municípios registraram redução no número de habitantes, destacando-se os percentuais mais elevados em Andorinha (0,9%) e Ponto Novo (-0,9%).

A migração vem contribuindo para o baixo crescimento do território: entre 2005 e 2010, o saldo migratório foi negativo em 5,9 mil pessoas ou 2,46% da população. Esse percentual, inclusive, é mais elevado que a média registrada para a Bahia, de - 1,83%.

A exemplo do que ocorre em diversos territórios, a população com idade entre 15 e 59 anos é percentualmente menor no Piemonte Norte do Itapicuru, em comparação com o estado: na Bahia, o percentual é de 64%, contra 61,2% no território. Por outro lado, a população com idade até 14 anos é maior (27,4% contra 25,6% do estado), assim como a população idosa (11,5% contra 10,3% da Bahia). A tabela 03 apresenta os dados demográficos dos municípios do Território em 2010.

Tabela 03 – Dados Demográficos dos Municípios do Território

Município	Área (em Km²)	2010		
		População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)
Andorinha	1,247.61	14,414	6,208	8,206
Antônio Gonçalves	313.95	11,015	5,783	5,232
Caldeirão Grande	454.94	12,491	4,558	7,933
Campo Formoso	7,258. 68	66,616	24,863	41,753
Filadélfia	570.07	16,740	9,022	7,718
Jaguarari	2,456.61	30,343	16,612	13,731
Pindobaçu	496.28	20,121	11,237	8,884
Ponto Novo	497.40	15,742	8,405	7,337
Senhor do Bonfim	827.49	74,419	57,566	16,853
Total	14,123.03	261,901	144,254	117,647

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

1.2.3 Educação

Embora o analfabetismo ainda apresente percentuais acima da média da Bahia, os municípios que integram o Piemonte Norte do Itapicuru avançaram em relação ao tema entre os

anos de 2000 e 2010. O percentual, que era de 28,3%, se reduziu para 20,6% no intervalo, acima do índice do estado, que atingiu 16,3% em 2010. O percentual mais elevado é o de Caldeirão Grande (26,7%) e somente Senhor do Bonfim (15,7%) e Jaguarari (16,3%) tem percentuais inferiores a 20% no território. Este indicador refere-se às pessoas com idade superior a 15 anos não alfabetizadas.

Um resultado positivo foi o avanço da taxa de escolarização bruta dos municípios do Piemonte Norte do Itapicuru, que passou de 92,8% para 98,1%, índice superior à média geral do estado (96,9%). Esse índice dimensiona o acesso à Educação e não considera a evasão. Todos os 09 municípios registram taxa superior a 90%, com destaque para Pindobaçu (98,6%) e Filadélfia (98,4%) na faixa etária dos seis aos 14 anos.

Com relação à faixa etária dos 15 aos 17 anos, também houve avanços, mas os resultados são menos satisfatórios. No período, o acesso à

educação passou de 80,1% para 85,7%. Quando se considera a taxa líquida – que deduz a evasão e o abandono – esses índices se reduzem para 12,3% e 38,8%, respectivamente, para os anos de 2000 e 2010. Nota-se, portanto, a necessidade de avançar em relação à permanência desses adolescentes na escola.

1.2.4 Saúde

A mortalidade infantil vem se reduzindo nos municípios do Piemonte Norte do Itapicuru, a um ritmo superior à média da Bahia. Entre 2000 e 2010, o número de mortes por cada grupo de mil crianças nascidas vivas recuou de 21 para 12,6. Na Bahia, esse indicador passou de 26,6 por mil para 18 por mil, no mesmo intervalo.

A mesma situação se repete em relação à mortalidade entre crianças com idade até 5 anos. Nos municípios do Piemonte Norte do Itapicuru, a taxa recuou de 22,7 por mil para 14,8 por mil entre

2000 e 2010. No estado, esse índice passou de 30,9 por mil para 20,7 por mil no mesmo intervalo.

Outros indicadores de saúde também vêm avançando no território. É o caso da incidência de tuberculose, cujos registros declinaram levemente de 85 casos em 2001 para 79 em 2012. A hanseníase recuou um pouco mais, de 59 casos em 2001 para 47 registros em 2012, embora o número de casos tenha alcançado os cem em 2005 e mais 76 em 2006.

A dengue segue como um problema no Piemonte Norte do Itapicuru. Em 2001 foram apenas 325 casos, que saltaram para 1.153 registros em 2012. Note-se, no entanto, que houve elevação em outros anos, como em 2003, quando foram notificados 1,1 mil casos. Novas epidemias foram registradas em 2015-2016, ora associadas à *Chikungunya* e à *Zika*, afetando intensamente a cidade de Senhr do Bonfim.

1.2.5 Vulnerabilidade

Embora venha avançando ao longo dos anos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH nos municípios do Piemonte Norte do Itapicuru ainda estão aquém do nível da Bahia, cujo índice alcançou 0,660 em 2010. A única exceção no território é Senhor do Bonfim, com 0,666. Os indicadores mais desfavoráveis foram apurados em Jaguarari (0,559) e em Filadélfia (0,565). Apesar disso, a situação geral evoluiu, pois em 2000 somente Senhor do Bonfim havia ultrapassado o índice de 0,500.

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador de qualidade de vida de uma população. Compõem o IDH a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade e a renda per capita. O IDH entre zero e 0,499 é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 é considerado médio e, acima de 0,800, o nível de desenvolvimento é alto. O nível de desenvolvimento do Piemonte Norte do Itapicuru,

portanto, pode ser considerado médio. A tabela 04 apresenta os índices do IDH e de Geni do território.

Tabela 04 – IDH e Índice de Gini do território

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Andorinha	0.383	0.588	0.58	0.55
Antônio Gonçalves	0.422	0.598	0.51	0.51
Caldeirão Grande	0.397	0.573	0.61	0.55
Campo Formoso	0.421	0.586	0.63	0.57
Filadélfia	0.369	0.565	0.54	0.57
Jaguarari	0.465	0.659	0.59	0.66
Pindobaçu	0.406	0.577	0.61	0.50
Ponto Novo	0.370	0.580	0.55	0.49
Senhor do Bonfim	0.524	0.666	0.65	0.57
Total	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

O Território Piemonte Norte do Itapicuru registra índice de concentração de renda – Gini inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,593 no território. Quanto mais elevado o Gini, maior a concentração de riqueza. O território, inclusive, registra avanços em relação à melhor

distribuição da riqueza, já que em 2000 esse índice era de 0,650.

Um dos efeitos da desconcentração da renda é a redução da extrema pobreza no Piemonte Norte do Itapicuru. No território, o índice se reduziu de 39,6% para 22,6% entre 2000 e 2010. Senhor do Bonfim e Antônio Gonçalves são os dois únicos municípios do território com percentual de extremamente pobres inferior a 20%: alcançaram, respectivamente, 14,2% e 17,5% em 2010. O IBGE considerou extremamente pobre quem tinha renda per capita inferior a R\$ 70,00 em 2010.

Os avanços na redução da pobreza devem ser creditados, em parte, às políticas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família – PBF. No território, 43,7 mil famílias são beneficiárias do programa, cujo repasse de recursos atingiu R\$ 75,2 milhões entre janeiro e outubro de 2013. Somente em Campo Formoso 12 mil famílias eram beneficiárias, com repasse de R\$

22,2 milhões entre janeiro e outubro de 2013. A tabela 05 apresenta esses indicadores socioeconômicos.

Tabela 05 – Indicadores socioeconômicos

Município	Renda per capita – 2010 (R\$)	IDEB	% de extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
Andorinha	230.36	3.50	22.07	85.54
Antônio Gonçalves	236.86	4.20	16.01	87.39
Caldeirão Grande	334.19	3.50	35.53	81.80
Campo Formoso	199.01	4.00	24.59	78.99
Filadélfia	662.24	3.00	28.62	59.47
Jaguarari	307.08	3.30	22.46	78.86
Pindobaçu	270.15	3.90	27.54	82.91
Ponto Novo	443.80	3.30	22.85	66.56
Senhor do Bonfim	276.29	3.60	12.75	80.59
Total	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

1.2.6 Mercado de Trabalho

A ampliação no número de empregos formais no Piemonte Norte do Itapicuru também é um fator que contribuiu para a redução da pobreza no território. O número de postos de trabalho quase triplicou, passando de 7,7 mil para 22,5 mil entre os anos de 2001 e 2011. Parte do impacto, no entanto, se deve à Administração Pública, que ampliou o número de empregos de 2,1 mil para 9,9 mil no intervalo.

Setores como Comércio e Serviços, embora tenham gerado empregos, tem influência mais modesta no Mercado de Trabalho: no Comércio, os empregos passaram de 2,4 mil para 3,7 mil. Já nos Serviços, a variação foi de 1,7 mil para 3,3 mil empregos.

A quantidade de empregos formais, no entanto, é limitada quando se considera o volume de trabalhadores sem carteira assinada: 29,6 mil pessoas estão nessa condição, com remuneração

abaixo da renda do setor formal: R\$ 394, contra R\$ 910 dos trabalhadores que estão no mercado formal, conforme dados do Censo 2010 do IBGE. A soma dos que atuam por conta própria também é expressiva: 25,9 mil.

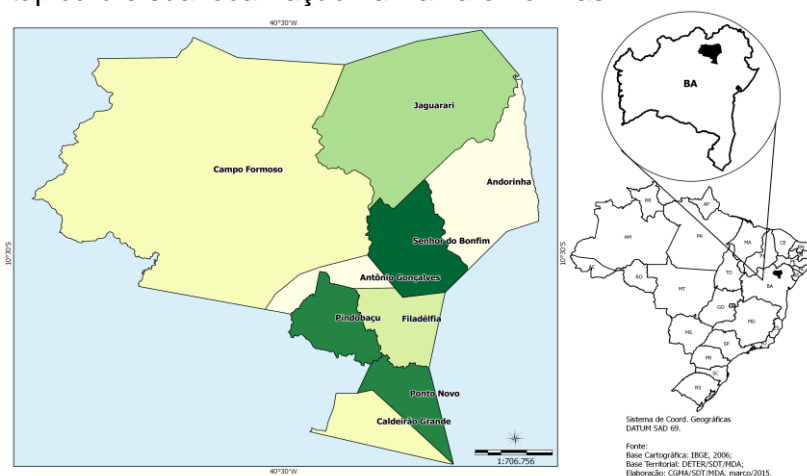
1.2.7 Água e saneamento

O número de domicílios interligados à rede geral de esgoto se ampliou no Território Piemonte Norte do Itapicuru em uma década: eram 10,1 mil em 2000 e passaram a 21,8 mil dez anos depois. Os desafios em relação ao esgotamento sanitário no território, no entanto, ainda persistem: mais de 43,4 mil domicílios utilizam fossas rudimentares, sépticas ou outras formas de descarte de resíduos.

O acesso à rede geral de distribuição de água também melhorou: eram 36,2 mil domicílios atendidos em 2000, passando para 57,7 mil no levantamento realizado em 2010. Apesar dos avanços, mais de 18 mil domicílios ainda recorrem

a outras formas de abastecimento, a exemplo de nascentes, poços, rios, açudes ou lagos.

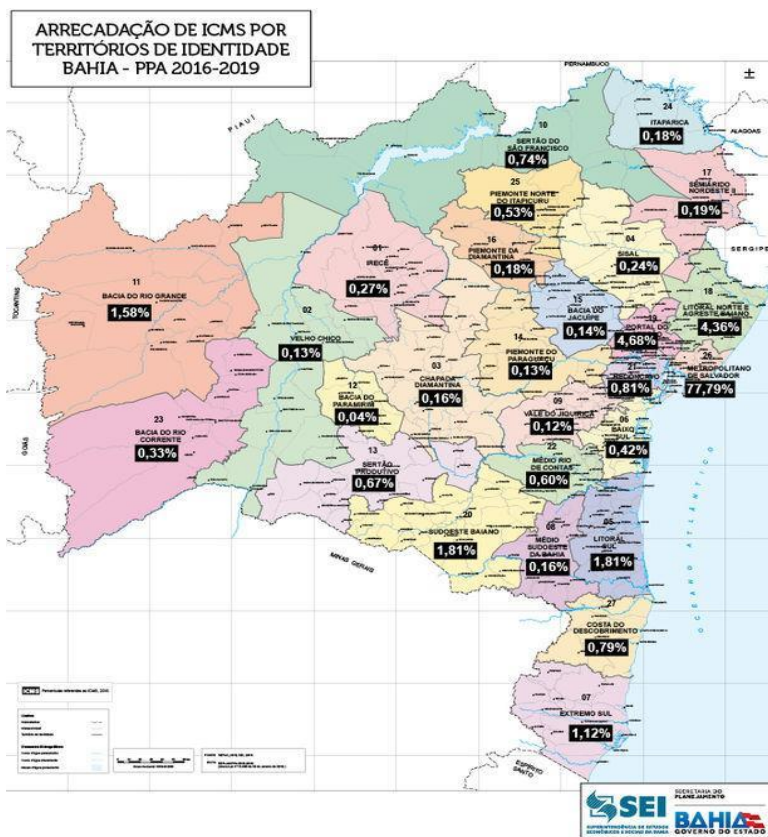
Figura 1 – Mapa do Território Piemonte Norte do Itapicuru e sua localização na Bahia e no Brasil



Fonte:

http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_18_5_Piemonte_e%20Norte (2016)

Figura 2 – Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia com indicativo da arrecadação de ICMS por território



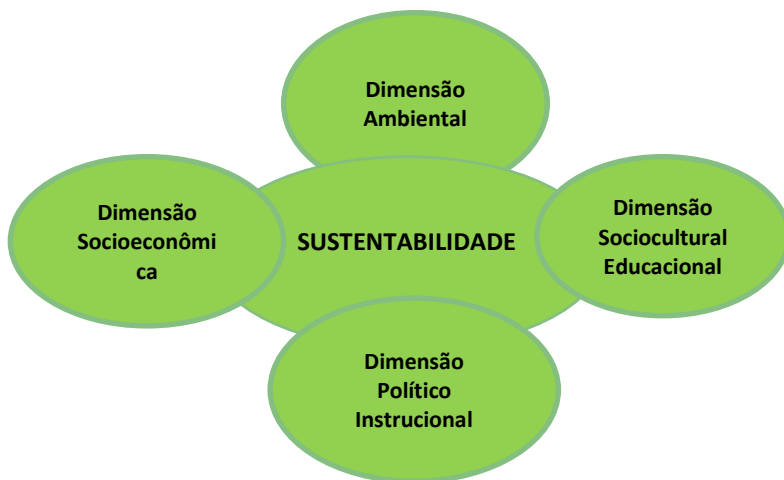
Fonte: <http://www.seplan.ba.gov.br/> (2016)

1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

1.3.1 Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Sustentável no TIPNI

Para atingir o nível de desenvolvimento sustentável do território, faz-se necessário não se distanciar dos princípios da democracia, sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade solidariedade e das suas diretrizes que caminham na direção da potencialidade da diversidade, dinamização econômica, qualidade de vida e igualdade de oportunidades e arranjo institucional aglutinador. Estes princípios e diretrizes podem ser aglutinados nas dimensões do Desenvolvimento sustentável, representadas na figura a seguir.

Figura 3: Dimensões do desenvolvimento sustentável



1.3.1.1 Dimensão socioeconômica – Busca a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da

produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva (BRASIL, 2016).

1.3.1.2 Dimensão sociocultural e Educacional -

Procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios (BRASIL, 2016).

1.3.1.3 Dimensão ambiental - Consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a identificação dos

passivos ambientais em busca da sustentabilidade (BRASIL, 2016).

1.3.1.4 Dimensão Político - Institucional -

Consiste na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais (BRASIL, 2016).

Estas quatro dimensões estão elencadas nos quadros que seguem, os quais apresentam os desafios e as potencialidades identificadas no TIPNI, pelos atores sociais envolvidos na qualificação do Plano. Os desafios e as potencialidades apresentadas nos quadros foram sintetizadas das conferências territoriais, das escutas municipais realizadas pelo Nedet Itinerante,

do PTDS anterior, das Escutas do PPA 2016-2017, conforme os quadros a seguir

Quadro 1 - Fontes de Referência das informações sobre Desafios e Potencialidades

1. Dimensão socioeconômica	
Desafios	Potencialidades
Perfil Territorial (IBGE, 2010) PTDSS do TIPNI 2012; Conferência Territorial de Juventude Rural 2015; Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres 2015; Escutas do PPA 2016-2019; Conferência Territorial de Segurança Alimentar 2015.	PTDSS do TIPNI 2012; Conferência Territorial de Juventude Rural 2015; Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres 2015; Escutas do PPA 2016-2019; Conferência Territorial de Segurança Alimentar 2015. Política de Convivência com o Semiárido (Lei 13.572 de 30/08/16).
2. Dimensão sociocultural educacional	
Perfil Territorial (IBGE, 2010) PTDSS do TIPNI 2012; Conferência Territorial de Juventude Rural 2015; Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres 2015; Escutas do PPA 2016-2019; Conferência Territorial de Segurança Alimentar 2015.	PTDSS do TIPNI 2012; Conferência Territorial de Juventude Rural 2015; Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres 2015; Escutas do PPA 2016-2019; Conferência Territorial de Segurança Alimentar 2015. Política de Convivência com o Semiárido (Lei 13.572 de

	30/08/16).
3. Dimensão ambiental	
Perfil Territorial (IBGE, 2010) PTDSS do TIPNI 2012; Escutas do PPA 2016-2019	PTDSS do TIPNI 2012; Conferência Territorial de Juventude Rural 2015; Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres 2015; Escutas do PPA 2016-2019; Conferência Territorial de Segurança Alimentar 2015.
4. Dimensão político institucional.	
PTDSS do TIPNI 2012; Escutas do PPA 2016-2019; Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres 2015;	- Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres 2015; - Escutas do PPA 2016-2019; - Conferência Territorial de Segurança Alimentar 2015; - Política de Convivência com o Semiárido (Lei 13.572 de 30/08/16).

Dimensão Socioeconômica

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: atividades produtivas e econômicas do território (agricultura, pecuária, extrativismo, pesca, agroindústria, artesanato, indústria, comércio, serviços, silvicultura, turismo), inclusão produtiva, emprego, geração de renda, empreendedorismo,

economia solidária, cooperativismo, micro pequenas e médias empresas, capacitação técnica e para o trabalho, investimentos públicos, acesso à terra e água para produção, crédito, assistência técnica, cadeias produtivas, integração produtiva, parcerias públicas-privadas, consumo, abastecimento, armazenamento e comercialização. Considerar temas transversais – mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.

Quadro 1.1 – Desafios⁴ e Potencialidades⁵ na Dimensão Socioeconômica

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
Descontinuidade da Assistência Técnica e Extensão Rural às famílias;	Entidades de ATER Credenciadas ao SIATER (CACTUS, FETRAF, CAAF, IDESA e COOPD);
Ausência de Infraestrutura adequada para os trabalhos profissionais da Extensão Rural no Território;	Implantação do SETAF; Presença de 4 Agentes

⁴ Conjunto de situações que corresponde a obstáculos, barreiras, entraves, empecilhos e óbices para o desenvolvimento sustentável do território nas dimensões do desenvolvimento sustentável.

⁵ Conjunto de situações identificadas com possibilidades, aptidões, virtualidades, capacidades e faculdades, para promover desenvolvimento sustentável no território

Empresas prestadoras de serviços de Ater que conheçam a realidade do Território;	financeiros para a operacionalização do crédito rural;
Fragilidade no acompanhamento técnico das atividades rurais financiadas pelas políticas de crédito;	Produção diversificada da agricultura familiar;
Fragilidade no beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar;	Forte presença de comunidades quilombolas, de fundos e fechos de pastos e de reforma agrária do INCRA e PNCF;
Dificuldade para acessar recursos do PRONAF;	Instituições de Ensino Superior com oferta de curso técnico e tecnológico em agropecuária;
Fragilidade na fiscalização e nos critérios do PNAE;	População quilombola superior a 20 mil habitantes;
Regularização fundiária deficitária em terras individuais e coletivas;	Existência da Central das Associações da Agricultura Familiar;
Dificuldade de acesso aos recursos financeiros para produção agrícola dos jovens;	Potencial para o desenvolvimento de sistema produtivos caprinoovinocultura, bovinocultura e apicultura;
Assistência Técnica deficitária no que se refere ao atendimento das comunidades tradicionais;	Presença forte de Movimentos Sociais de “Luta” pela terra (CPT, CETA, MPA, FETRAF);
Precariedade das estruturas das instituições públicas (SETAF e SEMAF) e das entidades prestadoras de serviços de ATER;	
Assistência Técnica Rural voltada para as mulheres deficitária;	

Apropriação indevida de terras devolutas do Estado por parte de empresas e grandes latifundiários;	<p>O Programa Pró Semiárido no território</p> <p>A adutora de Ponto Novo</p> <p>Microclima favorável ao desenvolvimento de quintais agroflorestais e agroecológicos</p> <p>Presença da Agricultura de base familiar forte</p> <p>Tradição das “Feiras Populares” semanais para comercialização dos produtos da agricultura familiar</p> <p>Extratativismo do lircuri (<i>Syagrus coronata</i>) e do umbu.</p>
Baixo percentual de aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo PNAE no Território;	
Número reduzido de editais com chamadas públicas para Ater às comunidades tradicionais;	
Ausência de Planos Municipais de Ater;	
Fragilidade no monitoramento e avaliação dos serviços de ATER	
Política de geração de renda para as mulheres precária e de baixo alcance	
Insuficiência de implementação de técnicas de convivência com semiárido;	
Insuficiência na implementação de tecnologias de captação de água da chuva;	

Dimensão Sociocultural e Educacional

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: acesso a serviços e infraestrutura pública

(saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento, transporte, estradas, cultura, esporte e lazer), inserção social, combate à pobreza e pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais, crianças e adolescentes, juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades especiais, idosos, migrantes, memória coletiva, artes, gastronomia, música, literatura.

Quadro 1.2 – Desafios e potencialidades nos aspectos sociais e de saúde

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
Inexistência de políticas de incentivo à permanência da juventude no campo;	Dois abrigos para crianças e adolescentes no território (Campo Formoso e Senhor do Bonfim);
Insuficiência e não efetividade das políticas de qualificação profissional para a juventude	
Fragilidade do debate sobre juventude no território;	Existência de um abrigo para idosos em Senhor do Bonfim;
Ausência de Conselhos Municipais de Juventude em muitos municípios do território;	Existência de uma casa

Fragilidade do debate de juventude nas escolas;	<p>para recuperação de dependentes químicos em Senhor do Bonfim; Centro de Referência da Mulher em Senhor do Bonfim;</p> <p>Maior acesso às tecnologias de captação de água;</p> <p>Presença do Projeto Água para todos no território.</p> <p>Institucionalização da Câmara de Mulheres do Território.</p> <p>Assessoria do NEDET.</p> <p>Programa Um Milhão de Cisternas.</p> <p>Realização do diagnóstico e previsão de implementação do saneamento básico na zona urbana de Senhor do Bonfim.</p> <p>Ampla cobertura de vacinação (imunização).</p> <p>Articulação política do governo do estado e lideranças do território para construção da</p>
Deficiências das políticas de segurança pública;	
Fragilidade nas políticas de democratização dos meios de comunicação que contemplem a juventude	
Deficiência no transporte público	
Ausência do debate sobre as comunidades tradicionais nas escolas;	
Ausência de casa de passagem para mulheres, crianças e pessoas em situação de rua nos municípios;	
Políticas de atendimento ao idoso (voltadas para saúde, lazer, educação, transporte e cultura) deficitárias ou inexistentes	
Insuficiência de centros de atendimento psicossociais para dependentes de álcool e outras drogas	
Insuficiência e alcance limitado das políticas para as mulheres no território;	
Inexistência de Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres no território (DEAM);	
Insuficiência de programas para expansão da educação profissional para as mulheres;	
Inexistência de Ronda Maria da Penha nos municípios do Território;	

Ausência de capacitação para a atuação de policiais civis e militares no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e de gênero;	<p>policlínica.</p> <p>Disposição da nova gestão municipal de Senhor do Bonfim, para a construção da policlínica no território, assim como o hospital de base a partir de 2017;</p>
Insuficiência do atendimento psiquiátrico, psicológico e farmacológico a mulheres com transtornos mentais;	
Fragilidade do debate de gênero no território;	
Inexistência do Centro de Referência da Mulher (CRM) de abrangência territorial	
Ausência de Centro Especializado em Saúde da Mulher;	
Ausência de Secretarias e/ou coordenadorias de políticas para as mulheres nos municípios;	
Número reduzido de Conselhos Municipais de Direitos da Mulher (CMDM);	
Deficiência do debate de gênero nas escolas;	
Ausência de maternidade com UTI NEONATAL;	
Ausência de Hospital Territorial de Base (Hospital de média complexidade);	
Ausência de Policlínica Territorial;	
Muitas comunidades que não são beneficiadas pelo Projeto Água para Todos;	
Precariedade no saneamento básico;	

Ausência de diagnóstico sobre a segurança alimentar no território;	
Inexistência de Planos Municipais de Segurança Alimentar no território;	
Inexistência de Sistemas de Inspeção Municipais;	
Distanciamento dos cardápios escolares no que se refere a cultura alimentar do território	
Insuficiência de capacitação sobre segurança alimentar para as merendeiras	
Falta de estrutura nas rodovias públicas	
Insuficiência de farmácias básicas no território;	
Mau funcionamento dos postos de saúde do território aonde existe	

Quadro 1.3 – Desafios e potencialidades nos aspectos educacionais e culturais

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
Distanciamento do currículo escolar da agricultura familiar	Existência de Programas de Saúde Mais Perto de Você;
Número reduzido de escolas em tempo integral	
Ausência e/ou ineficiência de política de educação infantil nos municípios	Existência de duas IES federais e uma estadual;
Insuficiência de escolas de	Fórum Territorial de

ensino médio no campo	<p>Educação e Articulação Interterritorial para Fortalecimento da Educação do Campo no Semiárido;</p> <p>Existência da Representante Territorial de Cultura;</p> <p>Existência de Sistema Municipal de Cultura na cidade de Senhor do Bonfim;</p> <p>Existência de diretoria de Cultura em alguns municípios do Território (Senhor do Bonfim, Campo Formoso, Pindobaçu);</p> <p>Reativação do Conselho de Cultura de Senhor do Bonfim;</p> <p>Quantidade de entidades não governamentais atuantes na área de cultura a exemplo da Frente Cultural de Senhor do Bonfim que é uma organização que agrega militantes das diversas linguagens artísticas;</p> <p>Existência de bibliotecas públicas municipais em</p>
Fechamento de escolas no campo;	
Inexistência de creches e pré-escolas no campo;	
Ausência e/ou ineficiência de uma política de formação inicial e continuada para professores do campo;	
Baixa matrícula e oferta da EJA	
Fragilidade da política de educação profissional no território	
Não alinhamento dos cursos superiores ofertados pelas IES públicas, com as necessidades de desenvolvimento territorial;	
Fragilidade da Educação do Campo nas redes municipais e estaduais;	
Inexistência de políticas de cultura no território que contemplem as culturas em suas especificidades, ou seja, circo, música, teatro, dança, artes visuais, cultura popular e capoeira;	
Inexistência de projetos contemplados pelas leis de mercenato (Lei Rouanet e Lei FazCultura);	
Ausência de programas de fomento, produção, difusão, circulação, formação, formação de público e plateia, e fruição.	
Inexistência de política de patrimonialização (registro e tombamento) de patrimônio	

cultural material, imaterial e intangíveis (é valido ressaltar o caso da Guerra de espadas em Senhor do Bonfim onde existe um processo de criminalização da cultura popular);	alguns municípios do território;
Ausência de políticas que contemplem os mestres do saber popular e a transmissibilidade do conhecimento tradicional.	Quantidade significativa de arte-educadores inseridos na educação básica através de projetos.
Inexistência de espaços para comercialização de artesanato (Casas do artesão)	Existência do Memorial Senhor do Bonfim, localizado na Praça do Campo do gado em Senhor do Bonfim.
Inexistência de política cultural de incentivo a leitura; Inexistência de arquivos públicos municipais no território.	Existência de uma Escola Família Agrícola no Território;
Fragilidade financeira e estrutural das secretarias e coordenações de cultura;	Apresentação da proposta do curso de licenciatura em Teatro à Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
Insuficiência e inexistência de políticas de esporte, lazer e turismo;	
Baixo efetivo policial e de bombeiros no território	Programas de Alfabetização e escolarização de Jovens e Adultos;
	Políticas de Transferência de renda;
	Aumento do número de domicílios interligados à rede geral de esgoto;

Dimensão Ambiental

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: água potável, águas residuais, áreas protegidas, resíduos sólidos, biodiversidade, mudança climática, contaminação ambiental, desertificação, erosão, desmatamento, aquíferos, rios, degradação e manejo do solo.

Quadro 1.4 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
Destinação inadequada de resíduos sólidos (lixões)	Diversidade de riquezas naturais (Fauna, flora, cavernas, serras, minérios)
Lixo hospitalar sem tratamento adequado	
Inexistência de políticas de aproveitamento do lixo como fonte de renda e trabalho.	Sociobiodiversidade (Umbu, maracujá, Ouricuri, ariri, araticum)
Incêndios e queimadas, principalmente nas serras	Fontes hídricas diversificadas (riachos, cachoeiras, açudes, poços artesianos, lençol freático, cisternas)
Desmatamento desenfreado, inclusive nas serras	Microclima favorável à produção e turismo rural
Inexistência de tratamento adequado das redes de esgotos	
Destruição de matas ciliares,	Conselhos Municipais de

comprometendo as águas superficiais e subterrâneas;	<p>Meio Ambiente</p> <p>Comitês de Bacias Hidrográficas e Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (INEMA)</p> <p>Atores sociais sensibilizados para a importância da implantação de novas práticas que visam a redução do lixo.</p> <p>Experiências em coleta seletiva de lixo (Senhor do Bonfim);</p> <p>Existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos</p> <p>Movimentos sociais mobilizados em relação a questão ambiental</p>
Insuficiência na fiscalização dos órgãos competentes que leva a ações predatórias da fauna e da flora	
Ocupação urbana desenfreada atingindo as áreas de reservas legais.	
Ausência de uma política de valorização do potencial dos recursos naturais do território.	
Existência de práticas que contribuem para a degradação do meio ambiente, sendo algumas destas ligadas a atividades agropecuárias e extrativas, como: irrigação inadequada, caça predatória, uso de agrotóxicos, desmatamento para plantio, pastagens e extração de madeira e minerais causando desequilíbrio ao ambiente;	
Desestruturação dos órgãos ambientais municipais com vistas a possibilitar condição ideal do trabalho de ordenação territorial;	
Ausência de uma entidade de defesa ambiental do tipo Promotoria Ambiental no território;	
Atividades mineiras e agropastoris que produzem	

impactos sobre os mananciais.	
Atividade garimpeira em ouro e esmeralda nas nascentes do rio Itapicuru, especificamente nos metassedimentos da Serra do complexo Jacobina.	
Falta de conscientização sobre a importância da preservação das áreas recuperadas de APP.	

4 Dimensão Político-Institucional

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: institucionalidades públicas, governo local, conselhos municipais, conselhos territoriais e regionais, legislações e marcos regulatórios específicos, organização social, sindical e política, participação social, representação política nos espaços estaduais e federal.

Quadro 1.5 – Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
Índice moderado de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, na gestão das políticas públicas;	Representações da Sociedade Civil - Conselhos municipais/estaduais de gestão (saúde,
Baixa participação dos	

prefeitos/gestores públicos municipais nas atividades e ações Colegiado Territorial;	segurança alimentar, educação, desenvolvimento territorial/rural, etc.), associações agropastoris, Cooperativas, ONG's, sindicatos rurais, federações, escola família agrícola, grupos de jovens, grupos de mulheres, equipes técnicas, comunidades tradicionais, centrais de agricultores/s, grupos religiosos, pastorais sociais, potencial humano.
Fragilidade de algumas instituições públicas resultando em baixo nível de envolvimento e acompanhamento de projetos/programas territoriais;	
Insuficiente empoderamento da sociedade civil para participar da gestão social dos projetos/programas e ações/atividades mais efetivas;	
Pouco envolvimento das equipes técnicas locais na elaboração de projetos/programas de amplitude territorial.	Representação do Poder Público - Prefeituras, secretarias municipais, órgãos e instituições públicas municipais e estaduais, Universidades estadual e federal, Centro de Educação Profissional, Instituto de Educação, conselhos municipais, Consórcio Público;
Insuficiente quantidade de assessores, assistentes e equipe de técnicos contratados para orientação e apoio;	
Compreensão política equivocada do processo de gestão social com necessária distinção entre gestão pública e gestão social;	
Baixo articulação entre os níveis federal, estadual e municipais, na gestão das políticas públicas.	Coletivo social com nível de organização para uma participação efetiva nas tomadas de decisão sobre o território;
Compreensão reduzida dos quatros principais dimensões da sustentabilidade que estão sendo incorporadas nas	Planejamento Estratégico elaborado e aprovado

agendas e na seleção de projetos territoriais;	coletivamente pelo CODETER TIPNI;
Baixa organicidade e funcionalidade efetiva das Câmaras Temáticas TIPNI, enquanto articulação social e sua integração continuada com perspectivas da implementação de políticas públicas territoriais de forma compartilhada;	Processo democrático instalado no CODETER TIPNI; Diversidade da representação social e institucional nos municípios TIPNI;
Baixa articulação política para Implementação das ações, objetivos, estratégias e metas do PTDS para implementação das políticas públicas;	Espaço de articulação de interesses e políticas públicas com amadurecimento do Grupo Gestor;
Inoperância do Plano de Ação Territorial de Desenvolvimento Sustentável com foco no PTDS;	Plano de Ação Territorial Elaborado pelo CODTER TIPNI, com participação dos segmentos sociais TIPNI;
O não reconhecimento e a valorização da territorialidade na sua concepção, como elemento não apenas de dinamização produtiva e comercial, mas como forma de desenvolvimento territorial sustentável e solidário.	Colegiado Territorial/Núcleo Executivo e Câmaras Temáticas;
Fraca sociabilidade dos atores e segmentos sociais para imprimir um dinamismo territorial que se caracterize pela percepção do pertencimento, buscando assim, uma ação coletiva compartilhada;	Planejamento Estratégico, Plano de Ação e PPA 2016-2019 - Acesso ao governo através secretarias estaduais e chamadas públicas;
Baixa articulação das redes sociais de cooperação e dos	Planejamento Estratégico, Plano de Ação e PPA 2016-2019 e

agentes de desenvolvimento, públicos e da sociedade civil, para a gestão social das políticas públicas em especial para as ações de planejamento territorial;	chamadas públicas; Presença de órgãos públicos, Universidades Públicas e entidades de assessoria técnica;
Dificuldades na superação das dificuldades das estruturas governamentais e dos agentes públicos para ajustar o planejamento das políticas gerais ou segmentadas a abordagem territorial, que é distinta da abordagem municipal e mesmo estadual;	Assessoria do Nedet (UNEB) CDS, CODETER, Câmaras Temáticas, entidades e instituições representativas, órgãos;
Pouca Integração das ações setoriais entre as instituições para integrar ações intersetoriais numa ótica multidimensional nas dimensões socioeconômica, produtivas, culturais e ambientais;	CDS / Conselho Consultivo, CODETER, Câmaras Temáticas, CEDETER, SETAF, entidades e instituições representativas, órgãos;
Ausência dos segmentos sociais representativos na definição dos interesses coletivos e tomada de decisões envolvendo o territorial;	CEDETER, CET, SEPLAN, SETAF, Entidades e órgãos de Capacitação técnica, bem como, Marco Legal;
Dificuldade de garantir a sustentabilidade das institucionalidades e da estratégia de desenvolvimento territorial.	Espaço plural e governança democrática da gestão social territorial; SETAF, SEBRAE, CDS, PREFEITURAS, entidades de assessoria técnica; Contratos/Convênios, chamadas públicas, SETAF, SDR, CAR,

	<p>BAHIATER;</p> <p>CET, Federações, Centrais e entidades representativas e Universidades e organizações sociais para fortalecer a formação política.</p> <p>Realização das Plenárias Territoriais, Fóruns de debates, oficinas e câmaras temáticas, seminários, palestras e congressos;</p> <p>Entidades/instituições organizadas e capacitadas na elaboração de projetos, implementação de programas na implantação das políticas públicas de forma planejada;</p>
--	--

Capítulo 2: Eixos, Objetivos, Estratégias e Metas.

Este Capítulo apresenta os Eixos, Objetivos⁶, Estratégias⁷ e Metas⁸ considerada a parte central e mais importante do Plano Territorial. Ela contempla o planejamento propriamente dito do território. Desta forma está apresentada em formato de Matriz que vincula eixos do desenvolvimento sustentável territorial aos respectivos objetivos, estratégias e metas.

⁶ O **Objetivo** expressa **o que deve ser feito**, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território. Se caracteriza por ser mensurável e deve ser entendido como o grande propósito a ser alcançado pelos atores territoriais. O Plano deve apresentar os objetivos que podem estar entre os cinco definidos no PNDRSS ou novos objetivos, criados para o PTDRSS

⁷ O conceito de **Estratégia** deve ser resgatado da concepção do PNDRSS: “[...] entende-se por estratégia cada conjunto integrado de ações estruturadas, regras decisórias e posicionamentos assumidos e implementados para atingir os objetivos. São os caminhos mais gerais do “como fazer” para se chegar aos objetivos.”

⁸ Para cada estratégia, devem ser estabelecidas as metas. A **Meta** é uma medida do alcance do objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso. Quando qualitativa, a meta também deverá ser passível de avaliação. Cada Objetivo deverá ter uma ou mais metas associadas.

Os objetivos e metas propostos neste Plano serão executados nos próximos 10 anos (2017-2027), contemplando ações de curto, médio e longo prazo. A partir dessa Matriz serão construídos os Planos de Ações Territoriais – PAT, onde serão detalhados os aspectos operacionais.

A execução do PTDRSS, mediante a realização dos PAT remete a organização da Matriz de objetivos, estratégias e metas em quatro grandes eixos que darão origem aos respectivos PAT: i) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva, ii) Governança Fundiária e Acesso à Terra, iii) Formação e Organização Social e iv) Infraestrutura e Serviços Públicos v) Gestão de Recursos Hídricos.

Assim, faz-se um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, na medida em que os PAT seguirão a organização da Matriz.

O PTDRSS mantém uma sintonia muito forte com o PPA-P do Governo do Estado da Bahia 2016-2019.

Quadro 2.1 –Eixo de planejamento da Matriz e principais dimensões

Eixos de Planejamento da Matriz	Principais Dimensões do Desenvolvimento Contempladas
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.	Dimensão Socioeconômica Dimensão Ambiental Dimensão Sociocultural e Educacional
Governança Fundiária e Acesso à Terra.	Dimensão Socioeconômica Dimensão Ambiental Dimensão Sociocultural e Educacional
Formação e Organização Social.	Dimensão Sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional
Infraestrutura e Serviços Públicos.	Dimensão Sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional

Quadro 2.2 – Correspondência entre temas estratégicos do PPA-P (Bahia) e os objetivos do PTDRSS

Temas Estratégicos do PPA-P Estadual	Objetivos do PTDRSS
I. Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho	Implementar ações para redução da pobreza extrema no território

II. Desenvolvimento rural e agricultura familiar	Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar e agroecológica
III. Desenvolvimento urbano e rede de cidades	Acessar as políticas de Convivência com o Semiárido
IV. Saúde e assistência social	Garantir os direitos básicos apoiada no fortalecimento da assistência social, política pública não contributiva,
V. Educação, conhecimento, cultura e esporte	Viabilizar o acesso à educação, cultura e ao lazer Inter geracional para a inserção da população na produção e usufruto dos bens produzidos.
VI. Segurança pública cidadã	Promover ações de combate à violência, por meio da valorização e revitalização de espaços públicos como praças, parques, bibliotecas, centros comunitários e quadras esportivas em áreas consideradas mais vulneráveis tanto urbana quanto rural.
VII. Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual	Combater problemas decorrentes de práticas assimétricas historicamente configuradas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e

	igualitária, de mulheres
VIII. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	Viabilizar junto aos poderes municipal, estadual e federal o acesso da população aos serviços de energia, água, saneamento básico e investimentos para a produção principalmente de alimentos saudáveis.
IX. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional	Promover a inclusão Socioprodutiva dos segmentos da economia territorial por meio da Inserção das cadeias produtivas locais nos fluxos nacional e globais de comércio
X. Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade	Promover ações educativas de prevenção e de melhoria ambiental, envolvendo a proteção dos recursos naturais e uso sustentável da biodiversidade do território.
XI. Mulheres, gênero e diversidade	Promover ações que contribuam efetivamente para a igualdade de gênero, autonomia e empoderamento das mulheres.
XII. Igualdade racial e identidades	Construir e reivindicar programas, projetos, políticas públicas e medidas de ação afirmativa, priorizando a inclusão do segmento da população atingida pela

	desigualdade racial, do racismo e das demais práticas institucionais e sociais históricas que contribuíram para as profundas desigualdades raciais e as persistentes práticas de discriminação racial na sociedade baiana.
XIII. Geração, cidadania e direitos humanos	Promover ações de defesa dos direitos humanos, prevendo atuação articulada entre diversos órgãos governamentais e não governamentais no território.
XIV. Gestão governamental e governança socioeconômica	Fortalecer e empoderar o Codeter e o Consórcio público para contribuir com a política de Desenvolvimento territorial

**Quadro 2.3 – Objetivos por Eixos de Planejamento
(de acordo com o PNDRSS)**

Eixos de Planejamento da Matriz	Objetivos Estratégicos
	Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS)

Desenvolvimento Econômico, Ambiental com Inclusão Socioproductiva	<p>Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar e agroecológica. (PPA)</p> <p>Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica. (PNDRS)</p>
Governança Fundiária e Acesso à Terra	<p>Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais. (PNDRS).</p> <p>Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra. (PNDRS)</p>
Formação e Organização Social	<p>Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. (PNDRS).</p> <p>Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário.</p> <p>Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da</p>

	juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania. (PNDRS)
Infraestrutura e Serviços Públicos	<p>Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação Inter federativa. (PNDRS)</p> <p>Consolidar uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar.</p> <p>(PPA).Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária. (PPA).</p> <p>Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo. (PPA).</p> <p>Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da</p>

	qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS)
Gestão de Recursos Hídricos	<p>Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional. (PPA).</p> <p>Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à água. (PNDRS)</p>

2.1 Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

Quadro 2.4 - Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EIXO	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o	1.1 Estruturação das Cadeias produtivas da bovinocultura	1.1.1 Redução em 100% das atividades produtivas

<p>fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis. (PNDRS)</p>	<p>(corte e leite) e da caprinovinocultura (PTDRSS)</p>	<p>predatórias (queimadas, usos irracional dos recursos de água e solo</p> <p>1.1.1 01 abatedouro territorial construído;</p> <p>1.1.2 01 abatedouro construído em cada município do território, no total de 09 abatedouros instalados no território;</p> <p>1.1.3 01 Agroindústria de Leite instalada no território;</p> <p>1.1.4 01 Tanque Resfriador de Leite adquirido para cada município do território, no total de 09 Tanques;</p> <p>1.1.5 02 Caminhões Transportador de</p>
--	---	---

		Leite adquiridos;
	1.2 Criação de unidades de produção e beneficiamento de produtos da agricultura familiar (PTDRSS);	1.2.1 04 Agroindústrias de Beneficiamento de Frutas implantadas no território; 1.2.2 01 curso modular de 100 hora/aula em associativismo, cooperativismo com foco na Organização da produção e comercialização ofertado e concluído; 1.2.3 Aumento em 30% dos contratos de PAA e PNAE no território;
	1.3 Assistência Técnica e Extensão Rural	1.3.1 31.000 (trinta e um mil) agricultores do território com a acesso a ATER específica e qualificada fazendo uso de tecnologias de produção, armazenamento, beneficiamento e

	(PTDRSS)	<p>comercialização dos produtos da cadeias produtivas (leite, mel, mandioca, caprino/ovino, bovino, licuri e frutas);</p> <p>1.3.2 Um curso modular de 100 hora/aula para os técnicos prestadores de serviço de ATER no território;</p> <p>1.3.3 01 Plano Territorial de ATER elaborado e implementado no território.</p>
	1.4 Qualificar os agricultores familiares para a adoção de tecnologias de produção, armazenamento e beneficiamento da produção.	1.4.1 50% dos agricultores familiares adotando tecnologias de produção, armazenamento e beneficiamento da produção qualificadas;
	1.5 Elaborar as Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAP's	1.5.1 Oito mil setecentos e setenta (8770) DAP's Reativadas.
	1.6 Ampliar o número de	1.6.1 Trinta e um mil (31.000)

	agricultores aptos para acessar as políticas públicas para a agricultura familiar.	agricultores do território com a acesso a ATER específica e qualificados para o uso de tecnologias de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos da cadeias produtivas (leite, mel, mandioca, caprino/ovino, bovino, licuri e frutas).
2. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional (PPA)	<p>2.1 Promover a inclusão Socioprodutiva dos segmentos da economia territorial por meio da Inserção das cadeias produtivas locais nos fluxos nacional e globais de comércio (PTDRSS)</p>	<p>2.1.1 Estruturas de feiras livres municipais da agricultura familiar nos 09 municípios do território implantadas e agropecuaristas com participação em Feiras nacional e internacional.</p> <p>2.1.2 Mercados públicos municipais do território, com espaço reservado para os agricultores familiares</p>

		realizarem venda direta ao consumidor recuperados, reformados e modernizados.
		2.1.3 A Feira (Exposição) agropecuária de Senhor do Bonfim transformada em Feira territorial realizada anualmente
3. Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho (PPA)	3.1 Implementar ações para redução da pobreza extrema no território	3.1.1 Implantação de projetos socioprodutivos para redução da pobreza extrema no território em 50%
4 Desenvolvimento urbano e rede de cidades (PPA)	4.1 Acessar as políticas de Convivência com o Semiárido	4.1.1 Implantação de tecnologias de captação de água da chuva no território em 100% das comunidades que possuem dificuldades de acesso à água potável.
5. Gestão governamental e governança socioeconômica (PPA)	5.1 Fortalecer e empoderar o Codeter e o Consórcio público para contribuir com a	5.1.1 Gestores Públicos com participação efetiva na implementação, acompanhamento

	política de Desenvolvimento territorial	e monitoramento das políticas territoriais.
6. Desenvolvimento rural e agricultura familiar (PPA)	6.1 Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar e agroecológica (PTDRSS)	6.1.1 Ampliar o volume de financiamento de custeio e investimento do crédito rural destinado às cadeias produtivas priorizadas no território em até 50%
7. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva e econômica. (PNDRS)	7.1 Qualificação de mulheres e jovens para a adoção de técnicas de gestão para a ampliação da renda.	7.1.1 Um curso modular de 100 hora/aula para 90 mulheres e 90 jovens sobre empreendimentos agregadores de renda
	7.2 Capacitação de mulheres e jovens para a implantação e funcionamento dos Conselhos Municipais de mulheres e da juventude.	7.1.1 09 Conselhos Municipais da Mulher e Juventude Implantados e em funcionamento. 7.1.2 1.000 Mulheres e Jovens qualificados para a adoção de técnicas de gestão para a ampliação da

		renda.
	7.3 Promoção do acesso ao crédito e aos serviços especializados para as mulheres, jovens e comunidades tradicionais	7.3.1 Elevação do acesso crédito mulher e juventude em até 60%
	7.4 Inserção de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitos dos processos de desenvolviment o do território (PTDRS)	7.4.1 Elevar em 50% o número de mulheres no Codeter e outros conselhos municipais
8. Igualdade racial e identidades (PPA)	7.5 Inserção da juventude rural e urbana como sujeitos dos processos de desenvolviment o do território (PTDRS).	7.5.1 Elevar em 50% o número de jovens no Codeter e outros conselhos municipais
	8.1 Construir e reivindicar programas, projetos, políticas públicas e medidas de ação afirmativa, priorizando a	8.1.1 Elaborar junto às secretarias municipais do território uma cartilha educativa contextualizada sobre os diferentes tipos

	inclusão do segmento da população atingida pela desigualdade racial, do racismo e das demais práticas institucionais e sociais históricas que contribuíram para as profundas desigualdades raciais e as persistentes práticas de discriminação racial na sociedade baiana.	de preconceitos (racial, social, religioso, homofóbico etc; 8.1.2 Realizar uma campanha territorial anual sobre igualdade racial e identidades 8.1.3 Realizar um diagnóstico territorial sobre o acesso e inclusão da população negra do território às/nas políticas públicas geradoras de renda
--	--	--

Quadro 2.5 – Eixo Governança Fundiária e Acesso à Terra

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EIXO	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais. (PNDRS).	1.1 Levantamento das áreas passíveis de reforma agrária no território.	1.1.1 Todas as áreas passíveis de reforma agrária identificadas no território.
	1.2 Levanta	1.2.1 100% dos

	mento do número de agricultores familiares sem- terra no território	agricultores sem- terra identificados e cadastrados
	1.3 Campanha integrada (município, estado e federação) para assentar ou proporcionar terra aos agricultores familiares sem-terra do território	1.3.1 100% dos agricultores familiares sem-terra com acesso a terra produtiva
	1.4 Melhorar a infraestrutura social dos assentamentos de reforma agrária e do crédito fundiário (PTDRS)	1.4.1 Implantar infra estruturas sociais básicas em 100% dos assentamentos de reforma agrária do território.
	1.5 Melhorar a infraestrutura produtiva dos assentamentos de reforma agrária e do crédito fundiário (PTDRS)	1.5.1 Implantar infraestrutura produtiva em todos os assentamentos de reforma agrária do território
	1.6 Ater específica para os	1.6.1 Todos os Assentamentos de reforma

	assentamentos de reforma agrária	agrária com serviços de Ater pública e gratuita na proporção 1/60 famílias
2. Promover o etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra.(PNDRS)	2.1 Levantamento do número de mulheres e jovens rurais sem terra	2.1.1 100% de mulheres e jovens rurais sem-terra identificados
	2.2 Viabilização junto ao governo do estado um programa estadual específico de acesso à terra e meios de produção (terra, água e crédito) para mulheres e juventude quilombola e indígena	2.2.1 01 Programa: Terra, Água e Crédito mulher e juventude quilombola e indígena implementado no território
	2.3 Regularização das áreas das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e fundo de pasto) do território	2.2.2 Todas as áreas das comunidades tradicionais do território regularizadas

Quadro 2.6 - Eixo Formação Cidadã e Organização Social

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EIXO	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. (PNDRS).	1.1 Ampliação da participação da sociedade civil e do poder público no Codeter (PTDSS).	1.1.1 Elevação da participação da sociedade civil e poder público no Codeter em 50/%.
	1.2 Criação do Comitê de Gestão, Monitoramento e avaliação das políticas públicas do território. (PTDSS).	1.1.2 Comitê de gestão, Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Codeter criado.
	1.3 Fortalecimento dos Conselhos Municipais, Comitês e Fóruns Setoriais do território (PTDSS).	1.1.3 Conselhos Municipais e Fóruns Setoriais fortalecidos e em funcionamento no território.
	1.4 Contribuir com a formação dos gestores	1.1.4 01 curso básico modular de

	públicos para compreender a política de desenvolvimento territorial sustentável (PTDSS).	40 horas para prefeitos e secretários municipais sobre desenvolvimento territorial e gestão participativa de políticas públicas, no primeiro ano de gestão municipal.
2 Geração, cidadania e direitos humanos (PPA)	2.1 Promover ações de defesa dos direitos humanos, prevendo atuação articulada entre diversos órgãos governamentais e não governamentais no território (PTDSS).	2.1.1 Realização de 1 Seminário Anual sobre Direitos Humanos.
3 Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário.	3.1 Implantação do Centro de Formação Territorial – Cenforte para formação de jovens e adultos de todos os municípios do território melhorando a qualificação	3.1.1 01 Centro de Formação Territorial (Cenforte) implantado.

(sugestão consultoria) da	profissional para promoção do desenvolvimento sustentável e solidário (PTDSS).	
	3.2 Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas (consultor).	3.2.1 90 pessoas (10 por município) capacitadas com curso de no mínimo 120 horas aulas em desenvolvim ento territorial e gestão participativa de políticas públicas.
	3.3 Fortalecer a Escola Família Agrícola do Território - EFA (PTDSS).	3.3.1 Parcerias com Governo do Estado e as prefeituras estabelecida s para o fortaleciment o da EFA Instalada em Antônio Gonçalves.
4 Educação, conhecimento, cultura e esporte (PPA)	4.1 Viabilizar o acesso à educação, cultura e ao lazer Inter	4.1.1 Projetos de infraestrutura física de

	geracional para a inserção da população na produção e usufruto dos bens produzidos. (PTDSS)	esporte e lazer nos municípios implantados com apoio técnico do Codeter.
		4.1.2 01 Plano Territorial de Cultura construído.
	4.2 Valorização da diversidade cultural através da preservação e promoção das culturas populares e identitárias, do patrimônio material e imaterial e das práticas culturais e manifestações artísticas do semiárido (PCSAB).	4.2.1 01 Diagnóstico das culturas populares e identitárias, do patrimônio cultural e das manifestaçõ es artísticas do território realizado.
	4.3 Estímulo priorização da elev da escolaridade território (PCSAB).	4.3.1 Ampliar o número de cursos de graduação como: medicina; engenharia, direito, dança, teatro, audiovisual,

		engenharia do espetáculo e outros de acordo com as necessidades do território.
	4.4 Fortalecimento da educação profissional na rede estadual, ampliando as ações do CETEP e CEEP (PTDSS).	4.4.1 Quantitativo de vagas do CETEP e CEEP ampliado em 70% no prazo de vigência desse plano.
	4.5 Implantação da Política de Educação Infantil nos municípios. (PTDSS).	4.5.1 Política de Educação Infantil implantada nos 9 municípios do território.
	4.6 Implantação escolas em tempo integral nos municípios território.	4.6.1 Escolas em tempo integral implantadas nos municípios, em 50% das

		escolas no prazo de vigência desse plano.
	4.7 Implantação de uma política de educação inclusiva	4.7.1 100 % dos profissionais das redes municipais capacitados para atuar com estudantes com necessidades especiais.
		4.7.2 100 % das escolas do território com infraestrutura adequada para o atendimento aos estudantes com necessidades especiais (rampas, largura das portas, sinalização para cegos, equipamento

		s etc.).
5 Consolidar uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar. (PPA).	5.1 Promoção da educação integral e contextualizada para a convivência com o semiárido em todos os processos e espaços educacionais do campo e da cidade (PCSAB).	5.1.1 Uma Proposta de Educação contextualizada elaborada e adotada pelas secretarias de educação dos municípios.
1. Igualdade racial e identidades (PPA)	6.1 Ampliar o número de negros e povos de terreiro no Codeter.	6.1.1 Aumentar em 50% o número de negros e povos de terreiro no Codeter.
		6.1.2 01 curso de 40 horas sobre cultura afro brasileira realizado.
2. Mulheres, gênero e diversidade (PPA)	7.1 Promover ações que contribuam efetivamente para a igualdade de gênero, autonomia e empoderamento das mulheres.	7.1.1 01 curso sobre relações de gênero e empoderamento das mulheres realizado.
		7.1.2

		Ampliação em 60% na participação das mulheres no Comitê de Mulheres do Codeter.
<p>3. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania. (PNDRS)</p>	<p>8.1 Inserir mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais como sujeitos do processo de desenvolvimento no território (PTDRS + consultor)</p>	<p>8.1.1 Ampliar a participação das mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais em 100% nos espaços e instâncias de gestão de políticas públicas no território.</p>
		<p>8.1.2 30% a 50% de vagas garantidas nos eventos de formação para jovens, mulheres e povos e comunidades</p>

		tradicionais nos eventos promovidos pelo Codeter e ou em parcerias.
	8.2 Fortalecer o debate sobre cultura, diversidade de gênero, povos e comunidades tradicionais e questão ambiental.	8.2.1 Instâncias responsáveis pelas políticas públicas nas prefeituras dos municípios, visando atender as demandas da diversidade de gênero, dos povos e comunidades tradicionais, e do meio ambiente instaladas.
	8.3 Fortalecer as políticas para juventude no território	8.3.1 09 Secretarias/ coordenadorias municipais de Políticas para Juventude implantadas. 8.3.2 09

		Planos Municipais de Políticas para a Juventude construídos.
		8.3.3 01 Plano Territorial de Políticas para Juventude construído.

Quadro 2.7- Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EIXO	ESTRATÉGIAS	METAS
1 Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação Inter federativa. (PNDRS)	1.1 Apoiar o consórcio público municipal para ampliar a oferta de equipamentos e serviços públicos (consultor)	1.1.1 Elevação em 75% a participação dos prefeitos no Codeter
	1.2 Fortalecer a gestão de pessoas através da modernização	1.2.1 Concurso público para todo o serviço público no território realizado

	de seus processos e da qualificação do servidor público	1.2.2 Aperfeiçoamento efetivo da gestão de pessoas do Poder Executivo, legislativo e judiciário
2 Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária. (PPA).	2.1 Articulação política com os gestores do território para construção de centros especializados de saúde.	2.1.1 01 Centro territorial de especialidade odontológica, fisioterapêutica, ortopédica e psiquiátrica construído. 2.1.2 Hospital Territorial de Base, com atendimento de alta/média complexidade, com UTI construído.
3 Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	3.1 Fortalecer as políticas de segurança alimentar.	3.1.1 Planos Municipais de Segurança Alimentar construídos;
	3.2 Implantação de infraestrutura, conferindo prioridade ao sistema intermodal de transporte e ao	3.2.1 Sistema intermodal de transporte para ao escoamento da produção implantado

	escoamento da produção (PCSAB);	
	3.3 Fomento à implantação de empreendimentos de geração de energia no território por meio de fontes renováveis alternativas (PCSAB)	3.3.1 Levantamento do potencial de fontes renováveis alternativos para implantação de empreendimentos no território realizado.
4 Garantir Segurança Pública Cidadã (PPA)	4.1 Promoção de ações de combate à violência e a criminalidade. (PTDSS)	4.1.1 Espaços públicos como praças, parques, bibliotecas, centros comunitários e quadras esportivas em áreas consideradas mais vulneráveis tanto urbana quanto rural revitalizados e valorizados
5 Saúde e assistência social (PPA)	5.1 Garantir os direitos básicos apoiada no fortalecimento da assistência social, política pública não contributiva (PTDSS),	5.1.1 Unidades de acolhida\passagem para o seguinte público: pessoas idosas, pessoas com deficiência, cuja família não apresenta possibilidade de cuidado/sustento,

		<p>mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes em situação de risco e acompanhamento às suas famílias implantadas.</p> <p>5.1.2 Número de unidades e dos atendimentos em UTI no território, inclusive UTI móvel criados e ampliados</p> <p>5.2.3 Fornecimento dos medicamentos de alto custo para os municípios descentralizados</p>
<p>6 Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS)</p>	<p>6.1 Fortalecer as organizações de mulheres e juventude rural;</p> <p>6.2 Mobilizar prefeituras para desenvolver projetos voltados à juventude rural;</p>	<p>6.1.1 Número de mulheres rurais e de jovens ampliado nas câmaras de mulheres e juventude;</p> <p>6.2.2 Ações voltadas para a juventude rural, desenvolvidas pelas prefeituras</p>

	<p>6.3 Fomentar a profissionalização de jovens e mulheres do meio rural na perspectiva do desenvolvimento sustentável e estimular os empreendimentos de economia solidária e cooperativismo dirigidos por jovens/mulheres, com abertura de editais específicos.</p>	<p>dos 9 municípios do território.</p> <p>6.3.1 Fortalecimento das ações de emprego, trabalho e renda ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional</p> <p>6.3.2 Inclusão e qualificação profissional de jovens e mulheres do meio rural</p> <p>6.3.3 Fortalecimento das ações de emprego, trabalho e renda ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional</p>
7 Igualdade racial e identidades (PPA)	<p>7.1 Garantir o acesso à infraestrutura básica para boa</p>	<p>7.1.1 Estradas em bom estado de conservação, transporte de boa</p>

	<p>qualidade de vida dos povos quilombolas e indígenas.</p> <p>7.2 Implantação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e equidade racial e afirmação indenitárias.</p>	<p>qualidade, acesso à atendimento de saúde, acesso à assistência técnica, acesso à educação de boa qualidade nas comunidades, bem como a todos os serviços públicos implantados.</p> <p>7.2.1 Atividades etno culturais efetivas, resultando em encontros territoriais onde ocorrem mostras artístico-culturais das expressões oriundas da juventude, mulheres, comunidades tradicionais focados no desenvolvimento social sustentável implantados</p> <p>7.2.2 Festas populares e manifestações tradicionais da cultura territorial que preservem a identidade e a</p>
--	---	--

		diversidade cultural nos municípios do território incentivadas e realizadas.
--	--	--

Quadro 2.8- Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EIXO	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional. (PPA).	1.1 Garantir a implantação de tecnologias de captação de água.	<p>1.1.1 Cisternas de placa, aguadas e trincheiras para armazenamento de água em todas as comunidades que possuem dificuldade de acesso à água construídas.</p> <p>1.1.2 Infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a</p>

		universalização do abastecimento humano ampliadas.
2. Meio ambiente, segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade (PPA)	2.1 Promover ações educativas de prevenção e de melhoria ambiental, envolvendo a proteção dos recursos naturais e uso sustentável da biodiversidade do território (PTDSS)	<p>2.1.1 Oficinas e rodas de conversas sobre proteção dos recursos naturais e sustentabilidade em comunidades do campo e da cidade realizadas nos nove municípios do território realizadas.</p> <p>2.1.2 Seminário Territorial para discutir as questões ambientais realizado a cada biênio.</p>
	2.2 Aprovar e efetivar o PRHI Plano de Recursos Hídricos do Rio Itapicuru e suas ações ambientais para recuperação e preservação da bacia do rio	2.2.1 Áreas prioritárias de conservação ambiental e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos implantas.

	Itapicuru e seus afluentes no território.	2.2.2 Programa de restauração e conservação das nascentes, matas ciliares em áreas prioritárias e estratégicas implantados
		2.2.3 Aterros Sanitários consorciados implantados
		2.2.4 Implantação de uma Usina de beneficiamento e reciclagem de resíduos sólidos no território.
		2.2.5 Implantação de sistema de esgotamento sanitário e ETA's - Estação de tratamento de Esgoto, compreendendo coleta, tratamento e destinação adequada em cada município do território.

<p>3. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à água. (PNDRS)</p>	<p>3.1 Garantir que as mulheres, a juventude, os povos de terreiro e as comunidades tradicionais sejam atendidos pelas políticas de acesso à água.</p>	<p>3.1.1 Mulheres, jovens, povos de terreiro e comunidades tradicionais priorizados nas políticas de construção de cisternas, Projeto Água para Todos e demais projetos de acesso à água.</p>
	<p>3.2 Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável no meio rural, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano.</p>	<p>3.2.1 Viabilizar a captação e armazenamento de água através da construção de cisternas, tanques, barreiros e pequenas barragens.</p>

	3.3 Ampliar a infraestrutura hídrica de uso múltiplo e sustentável, garantindo a transição agroecológica para o desenvolvimento rural.	3.3.1 Tecnologias sociais para captar e reservar água de chuva para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal implantadas em 100% das famílias de agricultores familiares.
4. Garantir a democratização do acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional. (PPA).	4.1 Garantir o acesso à água potável para as comunidades quilombolas e indígenas.	4.1.1 Todos quilombolas e indígenas inseridos nas políticas de acesso à água.
Igualdade racial e identidades (PPA)	4.2 Garantir o equilíbrio ambiental e gestão social das águas e uso adequado.	4.2.1 Ampliação da infraestrutura hídrica de uso múltiplo, garantindo a transição agroecológica para o desenvolvimento rural.

		4.2.2 Adoção de tecnologias apropriadas à agricultura familiar com foco na convivência com o semiárido por 100% dos agricultores familiares.
5. Igualdade racial e identidades (PPA)	5.1 Criação de políticas públicas para recuperação, conservação e manutenção dos patrimônios materiais, históricos e arqueológicos, assim como incentivo e apoio aos projetos existentes nesta área.	5.1.1 Preservação do patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural.

	5.2 Ampliar as Políticas Públicas Culturais visando à inclusão social e a geração de emprego e renda, através da formação em todas as linguagens artísticas.	5.2.1 Promoção e participação efetiva da comunidade cultural e da sociedade em geral nas políticas de cultura, fortalecendo a institucionalidade do segmento e as instâncias de consulta, controle e participação social.
--	---	--

Capítulo 3: Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDRSS

3.1 DESCRIÇÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Este plano deve ser encarado como um instrumento que venha provocar o desenvolvimento sustentável e solidário do Território Piemonte Norte do Itapicuru. Para atingir a missão do Codeter que é: *“Promover a integração dos Municípios do TIPNI, fortalecendo as ações da sustentabilidade socioambiental universalizante, de forma ética, equitativa e transparente”* (PTDS, 2012), faz-se necessário focar nos três pilares da sustentabilidade ou seja **viável ecologicamente** - significa que se deva respeitar os grandes ciclos naturais sobre os quais repousa a vida da natureza para assegurar a reconstituição dos recursos renováveis. **Viável economicamente** - é preciso que se aprenda que tiramos da terra o que lhe restituímos.

A viabilidade econômica e financeira implica que todos os agentes econômicos de uma sociedade

tenham os meios suficientes para assegurar suas despesas (fluxo de liquidez), assegurando o mesmo para o ecossistema continuar a viver, como o fluxo da água, o fluxo dos elementos naturais, o fluxo da energia etc. mas também, corresponder ao nível de bem estar que desejamos. Finalmente que seja um desenvolvimento **equitativo para a sociedade** - trata de lutar contra a pobreza e de realizar reformas ao invés de deixar explodir revoluções, reafirmando a declaração dos direitos do homem, que em uma sociedade todos os homens (e mulheres) nascem livres e iguais em direitos, assim, a pobreza é um veneno para a harmonia e a ética (GRIFFON, 2003).

Na atualidade, encontramos eco no que Buarque (2006, p. 46) analisou sobre o Brasil que vem passando, nas últimas décadas, por um processo contraditório que tem alternado *desconcentração econômica e descentralização político-institucional*, “como dois polos inversos e opostos: a desconcentração econômica implementada por um modelo político concentrado e a descentralização

político-institucional convivendo com a reconcentração econômica no território”. Com a crise do Estado brasileiro na metade da década de 1980 começou a ser gestada a construção de uma nova institucionalidade “compatível com os desafios contemporâneos e suas exigências de qualidade, flexibilidade, velocidade e eficiência e eficácia. Essa nova institucionalidade se caracteriza pela emergência de um segmento público não estatal, que de forma não centralizada, exerce atividades e executa ações de natureza pública, em contrato e parceria com o Estado, mas independentemente e com grande flexibilidade” (BUARQUE, 2006, p. 47). Nasceram desse processo os princípios da descentralização ou gestão participativa, hoje reconhecida como nova governança – o Codeter/TIPNI se encaixa nesse processo. Agora mais do que nunca essa nova governança ou participação da sociedade civil deve atuar, pois ao invés de avançarmos, nesse último ano retrocedemos, voltando ao autoritarismo e comando das decisões pelo Governo Central.

O Codeter tem um papel central no acompanhamento desse Plano, pois com a presença ativa dos diferentes agentes sociais e políticos ancorados em dois campos intrinsecamente articulados: a sociedade civil e o poder público podem torná-lo vivo, por meio de um processo de gestão compartilhada, com ações de monitoramento permanente e de controle social, ilustrado pelo diagrama representado na figura 04 que contempla quatro elementos básicos que integram o processo de gestão e que se comunicam permanentemente:

Figura 4 – Diagrama do processo de gestão do PTDRSS



Fonte: Construído a partir do Diagrama de Gestão do PTDS,
2012

a) Controle Social: a capacidade que o Colegiado Territorial tem de propor, fiscalizar e controlar as políticas públicas setoriais e, a partir delas, exerce:

b) o controle sobre a Sociedade, o Estado e o Mercado. Este é um elemento chave para a construção do processo de desenvolvimento de forma participativa e democrática;

c) o Monitoramento: o Colegiado Territorial precisa definir mecanismos para um efetivo sistema de monitoramento do PTDRSS: o que foi proposto, o que foi implementado, as dificuldades encontradas, os encaminhamentos necessários;

d) a Organização: a gestão do PTDRSS só será possível se houver um nível de organização que lhe permita acontecer. É preciso encontrar caminhos que consolidem e fortaleçam a organização, o que só se viabiliza com a participação ativa das organizações participantes (sociedade civil, poder público e iniciativa privada) e dos cidadãos e cidadãs.

e) a Coordenação: esses procedimentos precisam ser coordenados. Se ficarem entregues ao espontaneísmo, à vontade de cada um/a, fracassarão. É da responsabilidade da Coordenação Territorial assumir a coordenação desse processo, de forma participativa e democrática.

A definição de estratégias e seus desdobramentos para o desenvolvimento territorial, com um plano de desenvolvimento, com programas, projetos, metas e recursos, requer um processo de gestão social, com instâncias de coordenação, de execução, do monitoramento e acompanhamento fortalecendo a gestão sob a orientação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial, o qual, no caso do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru - TIPNI é a instância máxima ou seja, o Codeter, formado pelas representações governamentais e da sociedade civil.

O PTDRSS é um instrumento elaborado pelo território e para o território, qualificando significativamente as suas demandas e proposições para os órgãos públicos nas diversas esferas. O Governo Estadual pode, inclusive, consultá-lo para elaboração de suas políticas para os territórios.

O PTDRSS não é um referencial estanque, como elemento norteador, deve ser sempre dialogado, melhorado, ampliado e utilizado pelas instâncias do colegiado como ferramenta norteadora do processo de gestão, e através deste, articular ações e estratégias, valorizando a identidade do território e contribuindo com mudanças significativas que promovam o desenvolvimento sustentável e solidário do território, premissa maior da existência do Colegiado e deste Plano (SDT/MDA, 2009).

Ações básicas para a Gestão social, acompanhamento e monitoramento do PTDRSS junto aos Projetos de Investimento e programas

implantados com perspectiva do fortalecimento dos resultados sociais e gestão territorial são:

- acompanhamento e monitoramento do PTDRSS pelo Colegiado Territorial, Núcleo Executivo, Câmaras Temáticas, Comitês e equipe técnica;
- implementação do Plano de Ação Territorial, envolvendo todos os atores sociais do poder público e sociedade civil;
- capacitação e qualificação continuada dos atores sociais e agentes de desenvolvimento territorial;
- integração dos atores sociais dos segmentos do setor público e da sociedade civil através do fortalecimento das câmaras Temáticas e dos Comitês.
- assessoria do NEDET

A Gestão, Monitoramento e Acompanhamento do PTDRSS será realizada por uma Comitê (Cogema) paritário (50% poder público e 50% sociedade civil) composta de seis membros, eleita em plenária do

Codeter, que ficará responsável de apresentar semestralmente os resultados das ações do Plano. De posse dos resultados, a coordenação do Codeter fará sua divulgação, ficando responsável de encaminhar as pendências junto aos órgãos competentes, visando a operacionalização permanente das ações do Plano. O Cogema ficará responsável de elaborar instrumentos e metodologias para uma melhor Gestão Social do PTDSS. A cada final de ano será elaborado um Relatório Anual das atividades do Codeter com destaque para a divulgação das metas alcançadas.

O Codeter elege o NEDET-UNEB, campus VII, Senhor do Bonfim como assessor e consultor na condição de parceiro para contribuir com a gestão, acompanhamento e monitoramento do PTDRSS, independentemente de sua condição de membro do colegiado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. *Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru: Perfil Sintético*. Salvador-BA, 2015. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilPiemonteNortedoitapicuru.pdf>

BARRETO, Ranieri Muricy (Org.). *Bahia 2000-2013*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Estudos Estados Brasileiros). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Bahia-web.pdf>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/20014*. Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Distrito Federal, Brasília, 2014.

BAHIA. Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (Codeter). *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS)*; Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, Senhor do Bonfim-BA, 2012.

Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru

(CODETER). **Escutas Municipais para Qualificação do PTDRSS**, 2016.

Colegiado de Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (CODETER). **Oficina Territorial para Qualificação do PTDRSS**, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Plurianual Participativo (PPA) 2016-2019**. Realizado em 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**, 2000.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**, 2010.

MACHADO, Paulo Batista. *Cartilha histórica sobre as origens de Senhor do Bonfim*. Senhor do Bonfim: UNEB, 1993. v. 01. 48p